## Ata de reunião - CACS FUNDEB -ORDINÁRIA nº 001/2025 - 27/02/2025

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco (27/02/2025), com início às 8h10min, no auditório da Secretaria Municipal de Educação, estiveram reunidos os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), do Município de Laranja da Terra/ES, com base na Lei Municipal Nº 984/2021, e nomeados pelo Decreto Municipal nº 773/2022, após ser verificado o quórum regimental, conforme registro de presença específico do Conselho, para a reunião ORDINÁRIA deste Conselho. O presidente Jodismar Machado abriu a reunião e agradeceu à presença de todos. Em seguida, o Secretário Gilberto Nunes Melo fez a leitura da ata da reunião anterior, que após lida foi devidamente aprovada, sem ressalvas. A seguir, a palavra foi franqueada ao conselheiro Gilberto Nunes Melo, que explicou a necessidade de análise de criação de e-mail institucional para todos os conselheiros. Explicou, porém, que precisa ser feito o procedimento de substituição dos conselheiros que não representam mais o seguimento indicado neste conselho. Também se verifica a necessidade de substituição de conselheiros que apresentarem número de faltas que justifique o desligamento, com fulcro no regimento interno deste conselho. Foi definido pelo envio de correspondências às entidades para substituição dos conselheiros descritos anteriormente. Gilberto explicou que no ano anterior houve o rateio de recursos do FUNDEB para atingir os 70% de recursos do FUNDEB destinados ao custeio do pagamento dos profissionais da educação básica. Gilberto ressaltou que o valor foi destinado a todos os profissionais da educação, sendo que o rateio foi realizado por intermédio da Lei 1.122/2024. Os conselheiros questionaram o fato de o rateio ocorrer de forma igualitária para todos os servidores, independente da carga horária. Gilberto explicou que o rateio se baseou numa fórmula que levou em consideração a quantidade meses trabalhados, mas não levou em conta a carga horária de trabalho. Gilberto disse que a Lei Federal nº 14.325 enfatiza que o rateio do FUNDEB deve ser proporcional à jornada de trabalho e aos meses de efetivo exercício no magistério e na educação básica. Gilberto disse que, em seu entendimento, a Lei Municipal aprovada não atendeu às exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 14.325. O conselheiro Fabio Junior de Souza ressaltou que a aprovação da lei municipal demonstrou a desvalorização com os profissionais no magistério. A conselheira Ingrid Klug Gums questionou se o pagamento do rateio da forma como ocorreu em nossa municipalidade pode gerar algum problema ao município. O conselheiro Gilberto salientou que o Art. 3º diz que a União suspenderá o repasse de transferências voluntárias para os Estados e os Municípios que descumprirem a regra de destinação dos precatórios e/ou em relação aos percentuais destinados aos profissionais do magistério e aos demais profissionais da educação básica. Gilberto disse ainda que teme que a municipalidade seja penalizada diante do fato analisado. A seguir, passou-se para a ordem do dia. 1) Item da Ordem do dia: Foi feita análise das folhas de pagamento dos profissionais remunerados com recursos do FUNDEB, relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024. Foi ligado o projetor de imagens para projeção dos dados de todos os servidores remunerados com recursos do FUNDEB. Após a análise, não sendo constatada nenhuma irregularidade, as folhas de pagamento dos profissionais remunerados com recursos do FUNDEB relativas aos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024 foram devidamente aprovadas. Item 2 da Ordem do Dia: Foi realizada uma minuciosa e cautelosa análise de todas as despesas do FUNDEB relativo ao exercício de 2024. Foi disponibilizado um relatório impresso e cada despesa realizada com recurso do FUNDEB foi verificada. Durante a análise do relatório, os conselheiros realizaram perguntas e houve um período de debates entre os conselheiros.

Jedianon bulda

Fronid Klug Gums

Ao final, os conselheiros se manifestaram pela aprovação do relatório da prestação de contas dos recursos financeiros do FUNDEB no exercício de 2024. Item 3) da Ordem do Dia: Como o relatório do SIOPE não estava disponível, foi feita a análise da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), relativo ao 6º bimestre de 2024. Os índices demonstraram que: TOTAL DE RECEITA DE IMPOSTOS: R\$ 48.221.432,08 / TOTAL REPASSADO PARA FUNDEB: R\$ 8.438.190,80 / VALOR MÍNIMO APLICADO ALÉM DO FUNDEB – R\$ 3.618.644.98. Os conselheiros realizaram uma minuciosa análise de todas os índices do FUNDEB no ano de 2024, verificando ainda que: MÍNIMO DE 70% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA: 72,33%, PERCENTUAL DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB -VAAT NA EDUCAÇÃO INFANTIL: 92,59%, MÍNIMO DE 15% COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO AO FUNDEB - VAAT EM DESPESAS DE CAPITAL: 15,33%, APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS: 25,98%. Durante a análise, os conselheiros fizeram algumas ponderações pontuais sobre o relatório em voga. Ao final do debate, os conselheiros se manifestaram pela aprovação sem ressalvas no tocante aos investimentos do município de Laranja da Terra em relação ao FUNDEB do ano de 2024. Como assunto final, foi definido o cronograma das reuniões do FUNDEB no exercício de 2025, a saber: 24/04/2025, 26/06/2025, 28/08/2025, 23/10/2025 e 04/12/2025, no horário de 8h. Logo, não havendo mais nada a tratar e como esta reunião foi declarada encerrada, pelo presidente. JODISMAR MACHADO, às 9h45min, sendo esta ata foi redigida por mim, GILBERTO NUNES MELO, Secretário, e a mesma segue assinada por mim e demais membros 

John Ingrid Kling Gums John Moch Le. Megione Brische	
John Mach Lo. me zione Brische	